



MOÇÃO DE APOIO Nº DE 2023
(Do Sr. Juninho do Pneu)

Requer a aprovação da Moção de Apoio para a exclusão das bicicletas e suas partes da incidência do Imposto Seletivo, proposta na PEC 45/2019, que dispõe sobre a Reforma Tributária.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno, que seja aprovada a Moção de Apoio para a exclusão das bicicletas e suas partes da incidência do Imposto Seletivo, proposta na PEC 45/2019, que dispõe sobre a Reforma Tributária.

JUSTIFICAÇÃO

O texto da PEC¹ 45/2019, que propõe a reforma tributária do consumo, trata primordialmente, da implementação de dois novos tributos, a CBS² e o IBS³. Essas novas exações trarão maior simplicidade ao atual sistema, justamente por promoverem uma sistemática não cumulativa, com legislações uniformes e base de incidência bem definida.

Por outro lado, a PEC 45/2019 criou, também, através da inclusão do inciso VIII ao artigo 153 da CF⁴, a previsão de um Imposto Seletivo – “IS” em substituição ao IPI⁵, que será instituído pela União e incidirá sobre todos os bens e/ou serviços tidos por prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, vindo a ser, posteriormente, regulamentado em Lei Complementar⁶.

1 Proposta de Emenda à Constituição.

2 Contribuição sobre Bens e Serviços.

3 Imposto sobre Bens e Serviços.

4 Constituição Federal.

5 Imposto sobre Produtos Industrializados.

6 “Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: (...)

VIII – produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da lei. (...)”





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Apresentação: 03/10/2023 20:23:47.947 - CVT

REQ n.125/2023

Contudo, de acordo com a redação proposta para o § 1º do artigo 92-B do ADCT⁷, o IS poderia ter **sua incidência ampliada** *“para alcançar a produção, a comercialização ou a importação de bens que também tenham industrialização na Zona Franca de Manaus ou nas áreas de livre comércio”*, existentes em 31 de maio de 2023, *“garantindo tratamento favorecido às operações originadas nessas áreas incentivadas”*.

Pela aplicação do artigo 92-B do ADCT, quando o bem fabricado em outra região do país concorrer com a produção da ZFM, poderá ser onerado pelo IS. Ou seja, a tributação seletiva passa a se tornar ordinária e incidente sobre bens que estão fora do escopo do artigo 153, inciso VIII da CF.

Em verdade, a ampliação irrestrita da incidência do Imposto Seletivo poderia levar a resultados indesejados e até mesmo desastrosos para a política ambiental brasileira.

Há que se recordar que o Brasil é signatário do Acordo de Paris e se comprometeu a adotar políticas de transição para a economia de baixo carbono, como a redução de 37% das emissões até 2025 e 50% até 2030, alcançando a neutralidade climática até 2050.

Para alcançar tal objetivo, muito precisará ser feito na área de energia, especialmente em relação a transportes, o setor de maior consumo de combustíveis fósseis no país e, conseqüentemente, o principal subsetor energético que mais emite gases de efeito estufa no país.

Daí a necessidade de estimular-se a adoção de modais alternativos de transporte, em especial aqueles classificados pelo Código de Trânsito como de propulsão humana – ou seja, que exigem esforço humano, e não a queima de combustíveis para sua propulsão.

Nesse contexto, imagine-se o contrassenso que seria tributar a produção de bicicleta - produto que promove qualidade de vida a partir da mobilidade e atividade física - somente para estimular a industrialização no âmbito da ZFM. Onera-se pelo IS um bem que promove **saúde** e que contribui com o **meio ambiente**, mediante a descarbonização da matriz de transporte, na contramão daquilo que o artigo 153, VIII, visa proteger.

Em realidade, a Reforma Tributária deveria estimular a indústria da bicicleta e não a prejudicar. Segundo levantamento realizado em 2020 pela Associação Brasileira do Setor de Bicicletas - Aliança Bike, as indústrias de bicicletas sofrem com uma alta carga tributária, de 80,3%, muito acima de países da União Europeia, Estados Unidos

⁷ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



* C D 2 3 4 2 4 1 6 4 7 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

Apresentação: 03/10/2023 20:23:47.947 - CVT

REQ n.125/2023

e Japão⁸, e, surpreendentemente, acima de bens produzidos no Brasil que podem gerar externalidades negativas, como veículos automotores movidos a combustível fóssil e tabaco, tributados em média a 42%⁹ e 73%¹⁰, respectivamente.

Adicionalmente à mitigação das mudanças do clima, tem-se que a utilização de bicicleta é determinante para a mitigação de outros efeitos adversos à mudança do clima, como a poluição sonora, a produção de resíduos gerados pelo transporte motorizado e da contaminação de solo e água pelo vazamento de óleo, combustíveis e outros efluentes líquidos¹¹.

E não é demais lembrar que a busca pela externalidade ambiental positiva é uma das pautas da Suframa¹², autarquia responsável pela administração da ZFM.

Não se está aqui pleiteando a extinção do tratamento diferenciado e privilegiado à ZFM. Existem inúmeros outros mecanismos fiscais - por meio do IBS e CBS, por exemplo - e financeiros, para se manter esse modelo econômico constitucionalmente protegido. De qualquer modo, ainda que se amplie a incidência do IS para produtos que concorram com a ZFM, deve ser garantido tratamento diferenciado para aqueles que se apresentam como opções sustentáveis.

Portanto, solicitamos apoio dos nobres pares aprovação da valorosa moção de apoio, que tanto significará para o setor de bicicletas.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 2023.

Deputado JUNINHO DO PNEU
(UNIÃO-RJ)

8 Aproximadamente 29%, 17% e 8%, respectivamente, considerando uma bicicleta de valor comum a mil dólares. Ofício 002/2020. Ref. Manifestação sobre alteração tarifária permanente para componentes de bicicletas proposta pelo governo argentino.

9 Dados Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) - Desempenho da Indústria Automobilística Brasileira em Fevereiro de 2022.

10 De acordo com o estudo "Avaliação da reforma tributária do tabaco e os efeitos do mercado ilícito no Brasil", p. 18.

11 Disponível em: https://aliancabike.org.br/wp-content/uploads/2020/03/06_06_2014_14_49_analise_economica.pdf, acesso em 06.set.2023.

12 Superintendência da Zona Franca de Manaus.

